

ESCOLA: UMA FERRAMENTA DE COMBATE AO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

Maria Luciléia Gonçalves da Silva ¹

RESUMO

O Brasil é um país composto por uma vasta pluralidade cultural. Os costumes dos europeus e dos africanos se juntaram com os indígenas, formando um caldeirão cultural. Dentro dessas culturas externas que se juntaram aos costumes brasileiros está a lingüística, que são variedades da fala que foram criadas através das relações sociais. Dentro deste fato, há uma formação da linguagem coloquial e informal, que muitas vezes não são levadas em consideração pela sociedade, não tendo nenhuma compreensão mais abrangente sobre a formação destas línguas, o que faz com que se aumente o preconceito, causando exclusão e a segregação social. O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma discussão acerca da sociolingüística e do preconceito lingüístico, bem como compreender a influência da escola no aspecto sóciolingüístico. É dever da escola, como uma ferramenta de formação científica, humana e social conscientizar os alunos sobre a formação da linguagem, pois essa maneira de falar, muitas vezes tem intrínseca relação com a cultura de cada região. Outrossim, o professor deve ter a consciência de mostrar aos alunos que embora se tenha uma linguagem culta, existem outras manifestações lingüísticas que são formadas dentro da cultura e dos costumes de cada um. Entretanto, para que haja a redução da discriminação lingüística, infere-se que o primeiro passo é a conscientização acerca das variedades de manifestações da língua, que deve ser respeitada para que possa acontecer a diminuição da segregação social.

Palavras-chave: Cultura, Sociolingüística, Social, Preconceito.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de grande miscigenação cultural, tendo influências européias, africanas e indígenas, e essa mistura de cultura reflete no aspecto lingüístico, contribuindo para uma grande variedade de línguas. Vive-se um paradigma em relação ao preconceito lingüístico na sociedade, onde a escola pode contribuir para a manutenção deste preconceito quando ela trabalha apenas a norma culta, mas pode contribuir no combate a esse prejuízo social, através da compreensão ampla da linguagem, onde as proposições metodológicas do professor e da escola são preponderantes para que esse preconceito seja exterminado.

Através de embasamentos teóricos tendo como ponto significativo a caracterização de variedades lingüísticas, segundo a sociolingüística, para explicar os processos de variações na linguagem. Como afirma Coan e Freitag:

¹ Graduanda do Curso de Letras da Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: leynhasilva_20@outlook.com;

A Teoria da Variação e Mudança Linguística (também chamada Sociolinguística Quantitativa ou Laboviana) tem como objeto de estudo a variação e mudança da língua no contexto social da comunidade de fala. A língua é vista pelos sociolinguistas como dotada de “heterogeneidade sistemática”, fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade. O domínio de estruturas heterogêneas é parte da competência linguística dos indivíduos. (2010, p. 67)

A estrutura da sociolinguística está voltada para os aspectos socioculturais, levando em consideração os fatores internos (lexicais, sintáticos, morfológicos, semânticos, sintáticos e etc.) e externos (geografia, escolaridade, faixa etária, classe social, gênero, etc.). Com isso, a sociolinguística encarrega-se de estudar a língua por uma vertente centrada na coexistência em concorrência (variação) e termos iguais, mas diferenciados lexicalmente (variantes).

Segundo Câmara Júnior (1976), é perceptível que a variação linguística é facilmente detectada, pois para que ela ocorra é necessário que haja o favorecimento do ambiente linguístico, onde privilegia um falar e exclui o outro, como muitas vezes pode ser notado na cultura escolar. Assim, para que ocorra uma mudança linguística é necessária a interferência de fatores sociais e culturais. Mas para ocorrer à mudança, é necessário um período de variação entre as formas.

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre sociolinguística e preconceito linguístico, bem como compreender a influência da escola nos aspectos sociolinguísticos, trazendo subsídios para a ampliação da compreensão dos aspectos da linguagem, corroborando para a diminuição do preconceito no que concerne a fala.

A temática abordada nesta pesquisa se torna indubitavelmente relevante, pois busca a compreensão dos fatores que acarretam o preconceito linguístico, visando conscientizar a sociedade, a escola, as classes mais altas, de que a cultura do país foi desenvolvida a partir de diversas outras culturas e diminuir, ou até mesmo excluir esse fator acarreta em prejuízos sociais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica, onde foram analisadas obras relevantes dos principais autores que tratam sobre a temática em questão. O trabalho foi embasado no método comparativo, no qual se ocupa da elucidação dos fenômenos e permite avaliar o dado concreto, deduzindo desse “os elementos constantes, abstratos e gerais” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 107).

REFERENCIAL TEÓRICO

Preconceito Linguístico

O preconceito linguístico deriva da comparação equivocada sobre o que se apresenta nas diretrizes gramaticais e nos dicionários com as maneiras que as pessoas tem de falar, que dependendo da cultura, são bem diferentes. Esta língua trabalhada inspira-se na literatura aplicada, nas alternativas subjetivas dos próprios estudiosos da gramática, nos códigos da gramática latina.

Torna-se puramente impraticável que alguém escreva e, sobretudo, fale segundo esses códigos normativos, ou seja, a maneira de cada um se expressar é subjetiva e construída culturalmente porque eles se apresentam e, principalmente, prescrevem uma língua artificial, excedida, que não mostra os usos legítimos de nenhum grupo atual, que fala Português, nem no Brasil, nem em Portugal, nem em qualquer outra região do mundo onde a idioma é pronunciado. “O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários” (BAGNO, 2007, p. 40).

Bagno (2007) aponta alguns mitos que desencadeiam o preconceito linguístico que pode ocorrer prejuízos na aprendizagem dos alunos. “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente” (BAGNO, 2007, p. 15). Esse mito não reconhece a pluralidade cultural brasileira, reconhecendo a escola como a única ferramenta para a linguagem. “As pessoas sem instrução falam tudo errado” (BAGNO, 2007, p. 40). Não existe uma única língua portuguesa no Brasil, tendo em vista que a cultura predominante em cada região expressa à maneira de cada pessoa falar, mas quando a linguagem foge da escola, da gramática e do dicionário, há uma associação de fala errada, mas o que ocorre são manifestações das variedades lingüísticas.

O português brasileiro não apresenta uma unidade surpreendente, mas sim uma variedade enorme de dialetos, gírias e expressões, e não existe o certo e o errado ao se expressar independentemente do nível de instrução do falante, mas sim a necessidade de adequar a fala à situação em que vai utilizá-la.

A principal fonte do preconceito linguístico, no Brasil, está ligada na maioria dos casos a discriminação que as classes sociais mais baixas sofrem pela comparação que fazem

entre a sua forma de falar e a forma considerada correta pelos códigos normativos da língua.

Segundo Preti:

(...) A língua funciona como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua. É através dela que a realidade se transforma em signos, pela associação de significantes sonoros e significados arbitrários, com os quais se processa a comunicação linguística (...) (2003, p. 12).

Sendo o preconceito linguístico uma das problemáticas nas vertentes linguísticas, a sociolinguística busca amenizar esse problema, uma vez que a hegemonia da norma gramatical atrelada ao certo e errado é uma das grandes responsáveis por esse problema social. Conforme Bagno:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida à confusão que foi criada, no curso de história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma Culta.” Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo resto da língua – afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia gerada pelo preconceito linguístico. (2006, p.9-10).

Preconceito Linguístico e a Escola

Partimos da pressuposição de que o preconceito linguístico é de origem social, como outros tipos de preconceito, mas que somente por meio de uma postura e adequação pedagógica, ou seja, pela escola faz-se possível sua conscientização e sua amenização dentro da sociedade.

Notoriamente, a tônica do preconceito linguístico está alicerçada nas entranhas da gramática normativa, havendo o conflito com a variedade linguística, o que pode acarretar em falsas compreensões, logo, a ciência linguística busca uma diminuição nessa problemática. Com esse fato, se concretiza o desmerecimento da diversidade linguística, que é plural na esfera brasileira. Com isso, ressalta Bagno:

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas à educação e à cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não padrão. O reconhecimento da existência de muitas normas linguística é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma “língua estrangeira” para o aluno que chega à

escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade de português não padrão (2006,p.18-19).

Sendo assim, o respeito à diversidade linguística se torna também respeito à diversidade histórica e cultural de cada povo, sendo que cada região tem seus costumes, hábitos e falares, o respeito pela diversidade da língua leva em consideração o respeito pela particularidade regional, reconhecendo que as línguas são heterogêneas.

Segundo Soares (2000), considerando o fato de que a escola é um ambiente onde se encontram pessoas de regiões diversas e conseqüentemente variedades linguísticas, cabe a essa instituição trabalhar com essas variáveis, abordando sobre a importância dos dialetos regionais, das diversas faces da língua e também, a importância do respeito com essas variedades. Formando assim, cidadãos com competência de agir pela linguagem em todos os âmbitos sociais e que consigam fazer escolhas na forma de se expressar de maneira coerente e autônoma.

Dessa forma os professores precisam primeiramente informar aos alunos que não existe o certo e o errado na fala, mas sim as várias situações que irão adequar a linguagem a ser utilizada. A escola, como uma ferramenta de emancipação humana, deve corroborar para a diminuição do preconceito linguístico, formando um cidadão crítico e reflexivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, vive-se a problemática da desigualdade social que atinge milhões de brasileiros e o preconceito linguístico entra nesse paradigma, onde as pessoas são julgadas pela maneira como falam. O Brasil é um país multicultural em vários segmentos, e um deles em relação a linguística, que cada região, influenciada pela sua cultura, usa determinadas expressões, quando uma pessoa tem alguma surpresa, no nordeste se diz “oxente”, na região Sudeste, mais precisamente em Minas Gerais, usa-se “uai”, na região Norte, mais precisamente no estado do Amazonas usa-se a expressão “ê caroço”. Essas diversas expressões para um mesmo sentido mostram o quão plural é a linguagem brasileira. Segundo Bagno:

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum no Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste

de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão (2006, p. 44).

Dentro dessa pluralidade de palavras, evidencia-se que não existe uma única maneira de falar, cada região do Brasil possui suas particularidades que devem ser compreendidas e respeitadas por todos os segmentos sociais. Para Carvalho (2011), a realidade da língua é sua própria variação, respeitar as variáveis e variantes é respeitar a própria língua e cultura humana.

A escola é uma ferramenta que deve ser usada para a diminuição do preconceito linguístico, o professor, deve ser o mediador desse processo. Segundo Carvalho (2011), uma alternativa para essa mudança seria conversas abertas com os discentes, fazendo-os refletir sobre todo o processo linguístico entendendo que em nossas interações sociais, cada pessoa fala de uma maneira diferente, fazendo-os compreender que existem lugares, hábitos e condições diferentes em cada lugar e por vários motivos, cada pessoa utiliza signos e códigos diferentes.

A língua não é homogênea, e não há um comportamento social e linguístico idêntico, pois cada pessoa se expressa de maneira diferente, e cada um tem seus valores sociais e culturais tornando as compreensões dos signos e manifestação dos códigos subjetivos de cada ser humano.

Um dos grandes desafios do professor é fazer essa mediação para que o aluno compreenda todo o processo linguístico. Para Marcuschi (2007), o uso correto da língua não está associado ao ato de falar ou escrever bem aplicando regras da língua, mas consiste em utilizar a língua de maneira adequada, produzindo o sentido pretendido numa determinada situação. A maior relevância no emprego linguístico não se trata de produzir um texto com normas perfeitas, mas sim, desenvolver um discurso significativo, adequando à comunicação linguística às diversas situações sociais.

Outrossim, o professor, como mediador entre o conhecimento e o aluno, deve estar pautado sobre aspectos metodológicos eficazes, para que a através da aplicação desses métodos ele possa contribuir para a formação humana, fomentando um aluno crítico e reflexivo, que compreenda e respeite as manifestações culturais e sociais e possa exercer sua cidadania de maneira autônoma, sempre objetivando a evolução pessoal e coletiva, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente, portanto que o preconceito linguístico é um fato real na sociedade e, particularmente em qualquer comunidade de fala. Assim sendo, o trabalho com a variedade e preconceito linguístico ainda é um entrave na comunidade escolar. Consideravelmente, a sociolinguística transita nesse campo com o intuito de mostrar que a diversidade de falares nasce a partir de fatores externos e que, de forma relevante, reflete em aspectos socioculturais.

O preconceito linguístico é causado pela carência de conhecimento entre os alunos e falta de maturidade de alguns profissionais do ensino, acarretando na intolerância para com as variedades linguísticas. A escola como um centro de formação científica, humana e social, deve conscientizar os alunos sobre a formação da linguagem, pois ela, muitas vezes é formada de acordo com a cultura de cada região. Dentro deste aspecto, os conteúdos não devem ser engessados, sendo ensinado apenas aquilo que está no livro.

Sendo assim, é necessário sabedoria por parte do profissional para ensinar a gramática normativa, sem excluir as variedades linguísticas. O professor deve ter a consciência de mostrar aos alunos que embora se tenha uma linguagem culta, existem outras manifestações da língua que são formadas dentro da cultura e dos costumes de cada um, para que assim o aluno conheça diferentes dialetos e aprenda a respeitá-los, evitando, com isso, a propagação do preconceito e discriminação dentro do âmbito escolar, o que refletiria também na vida social desses alunos.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico - o que é, como se faz. 40ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. Parábola: São Paulo, 2007.

CÂMARA JR. J.M. Problemas de Linguística Descritiva. Vozes, Petrópolis, RJ. 1976

CARVALHO, Solange Carlos de. Palestra sobre Atitudes Linguísticas do professor em sala de aula. In: ESPECIAL SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Engenho Massangana/Fundaj, Recife 21/10/2011. Disponível em: www.engenhomassangana.wordpress.com. Acesso em: 24 Março de 2020.

COAN, Márluce; FREITAG, Raquel Meister Ko. Sociolinguística Variacionista: pressupostos teórico-metodológico e propostas de ensino. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/dominiodelinguagem/article/.../6863>. acesso em 13 de Dezembro de 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 6. Ed. 5. Reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

PRETI, Dino Fioravante, Sociolinguística – Os Níveis da Fala, EDUSP, SÃO PAULO, 2003.

SOARES, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. 17 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

